



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Estudos Preliminares

Solução de certificação digital para servidores de rede



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Sumário

1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art.14)	4
1.1 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)	6
1.1.1 Serviço de Emissão de Certificado Digital SSL do tipo WILDCARD OV para Equipamentos de Rede	6
1.1.2 Serviço de Validação e de Emissão de Certificado Digital SSL, ICP – Brasil, para Equipamento de Rede	8
1.2 Identificação das Soluções (Art. 14, II)	9
1.2.1 Solução Disponíveis em Outros Órgãos (Art. 14, II, a)	9
1.2.2 Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)	10
1.2.3 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, II, c)	11
1.2.3.1 criação de certificado tipo “autoassinado”	11
1.2.3.2 utilização de certificado emitido pela Let's Encrypt	12
1.2.3.3 Criação de uma autoridade certificadora do Tribunal Regional do trabalho da 7ª Região	13
1.2.3.4 Contratação de empresa especializada em emissão de certificados digitais	14
1.2.4 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)	16
1.2.5 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)	16
1.2.6 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)	16
1.2.7 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)	16
1.3 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)	16
1.3.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV,a)	17
1.3.2 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)	17
1.3.3 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)	18
1.3.4 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d)	19
1.3.5 Necessidade de adequação do ambiente para a execução contratual (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)	20
1.3.6 Alinhamento com o Plano Anual de Contratações	20
1.3.7 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)	20
Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

2. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art.15)	21
2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)	21
2.2 Estratégia de Continuidade Contratual (Art. 15, II)	21
2.3 Transição Contratual e Encerramento (Art. 15, III, a, b, c, d, e)	22
2.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)	22
3. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO(Art.16)	22
3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I)	22
3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)	23
3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III)	23
3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV)	23
3.5 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V)	24
3.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI)	24
3.7 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII)	24
3.8 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII)	25
5. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	32
6. ASSINATURAS	32



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art.14)

Contextualização

O certificado digital é uma identidade eletrônica que confere autenticidade para os atos praticados por pessoas e empresas, garante autenticidade para sites, serviços web e códigos de programas. Num mundo intensamente digital em que as ameaças e fraudes têm crescido enormemente, ter um mecanismo que garanta a autenticidade é fator primordial para aumentar a segurança das operações.

No caso do TRT7, são utilizados certificados digitais para garantir a autenticidade dos serviços WEB disponibilizados ao público externo, propiciando uma maneira segura para os usuários identificarem as verdadeiras URLs dos servidores de rede do TRT7 que suportam serviços WEB, evitando acesso indevido a sites piratas que “clonem” o conteúdo das páginas originais. Todos os servidores e suas respectivas URLs que estão disponíveis para acesso via internet utilizam certificados digitais. Entre eles destacamos o site institucional do TRT7, o sistema PJE, os sistemas de integração com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Entretanto, os certificados digitais precisam ser emitidos periodicamente conforme a validade do tipo mais apropriado de certificado. Atualmente utilizam-se 2 (dois) tipos de certificados que terão suas validades expiradas em julho/2022 e agosto/2022. Em vista disso, novos certificados devem ser emitidos antes desses marcos temporais.

Corroborando com a necessidade do uso de certificados digitais pelos serviços WEB do TRT7 a Resolução CNJ 185/2013, Art. 27, § 2º, que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

estabeleceu a obrigatoriedade do uso de certificados SSL ICP-Brasil na infraestrutura computacional do PJe-JT, in verbis,

Os sítios eletrônicos do PJe dos Conselhos e dos Tribunais deverão ser acessíveis somente por meio de conexão segura HTTPS, e os servidores de rede deverão possuir certificados digitais Equipamento Servidor da ICP-Brasil adequados para essa finalidade.

Considerando os motivos acima expostos, este presente estudo tratará do planejamento da contratação para atender a demanda por certificação digital para servidores de rede, buscando alcançar os seguintes objetivos:

- atender à resolução expedida pelo CNJ quanto à obrigatoriedade do uso de certificados SSL ICP-Brasil na infraestrutura computacional do PJe-JT;
- garantir a segurança no acesso dos usuários aos serviços WEB disponibilizados pelo TRT7, notadamente ao PJe e site institucional;
- garantir a comunicação segura entre o sistema PJe e os Sistemas de Integração Financeira (BB e CEF);
- disponibilizar de maneira rápida certificado digital para novos serviços na WEB;
- garantir a confiabilidade dos serviços WEB disponibilizados pelo TRT7.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

1.1 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)

1.1.1 Serviço de Emissão de Certificado Digital SSL do tipo WILDCARD OV para Equipamentos de Rede

- Certificado digital SSL do tipo WILDCARD para servidores WEB;
- Certificado tipo WILDCARD, que permite certificar um único domínio e infinitos subdomínios (um nível);
- Certificado de validação completa do tipo SSL OV (Organization Validated);
- Instalação em servidor adicional sem custo e ilimitado;
- Licença de uso do mesmo certificado em ilimitados servidores e/ou equipamentos;
- Reemissão gratuita e ilimitada durante o período de validade do certificado;
- Utilizar algoritmo de criptografia SHA-256;
- Suportar chaves RSA com 2048 bits;
- Ser compatível com o protocolo SSL- Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS — Transport Layer Security, versões 1.0, 1.1, 1.2 e 1.3 e HTTPS;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

- Compatível com 100% dos servidores WEB que suportem os protocolos SSL e TLS, dentre eles podemos explicitar Apache, Microsoft Internet Information Services, Nginx e A10, bem como com balanceadores de carga e proxy reversos, dentre os quais destacamos o HAProxy;
- Ser reconhecido por todos os navegadores web que suportem certificados SSL/TLS, sem a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais;
- Compatível com dispositivos móveis, celulares, smartphones e tablets;
- Possuir selo de segurança Site Seguro;
- Verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP);
- Possuir conformidade WebTrust;
- Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do site seguro e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado;
- Garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo;
- **Validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses**, contada a partir da data de sua emissão. Para atingir a validade total de 24 meses, caso

Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

seja necessário, será aceita a emissão de dois certificados com validade mínima de 12 (doze) meses cada, de tal forma que o término da validade do primeiro coincida com o início da validade do segundo;

- Não serão aceitos certificados de autoridades certificadoras descredenciadas pela Apple, Microsoft, Mozilla e Google.

1.1.2 Serviço de Validação e de Emissão de Certificado Digital SSL, ICP – Brasil, para Equipamento de Rede

- Certificado digital para servidor, do tipo SSL, ICP-Brasil, com prazo de validade mínima de 1 (um) ano;
- Certificação em plena conformidade com os requisitos estabelecidos pelo padrão ICP-Brasil;
- Utilizar algoritmo de criptografia SHA-256;
- Suportar chaves RSA com 2048 bits;
- O certificado em questão deverá ser compatível com os principais navegadores de internet;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

- Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais;
- O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;
- A etapa de validação da documentação e execução dos procedimentos de emissão dos 2 (dois) **Certificados Digital SSL, ICP – Brasil** deverá ser realizada à distância por meio de videoconferência, dispensando-se a necessidade de Visita presencial de representante da contratada para validação da documentação.

1.2 Identificação das Soluções (Art. 14, II)

1.2.1 Solução Disponíveis em Outros Órgãos (Art. 14, II, a)

Foram encontradas as seguintes contratações públicas similares:

	emissão de certificado WILDCARD	validade do certificado WILDCARD / tipo certificado WILDCARD	emissão de certificado SSL ICP-Brasil
contrato 24/2021-TRT16	1087,5	12 meses/ tipo OV	500
ARP 15/2021 MP-TO	530	24 meses/ tipo OV	
ARP 03/2021 MP-GO	1180,25	24 meses/ tipo somente validação de domínio	1090

Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ARP 42/2021 e ARP 44/2021 da JF-PE	720	12 meses/ tipo somente validação de domínio	
Contrato 51/2021 DETRAN MT			431,95
ARP 03/2021 TRT24			700
TRE-SE ARP do PE 21/2021	660	12 meses/ tipo OV	
CJF Contrato 22/2021	930	12 meses/ tipo OV	56,16
TJ - ARP MA 115/2021	1500	12 meses/ tipo EV	150
ARP 03/2021 - TRT 24			100
ARP PE 49/2021 - TRT1			55
ARP 013/2021-01 - TRE - CE	400	12 meses/ não explicita tipo OV	

Diante da quantidade de contratações encontradas, depreende-se que o uso de certificados digitais no âmbito das instituições públicas é bastante disseminado. Dentre as contratações encontradas, algumas são registro de preços mas nenhuma passível de adesão pois algumas não estão mais válidas, outras são de órgãos estaduais e outras ainda não admitem adesão. Somente 4 contratações acima podem ser utilizadas como fonte de preços para estimativa de valores para contratação em planejamento, em razão de terem a mesma especificação de certificado WILDCARD (tipo OV) requerido pelo TRT7.

1.2.2 Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Não há soluções existentes no Portal de Software Público Brasileiro que atendam essa demanda.

1.2.3 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Foram levantadas alternativas para a contratação de certificados digitais conforme apresentadas a seguir:

1.2.3.1 criação de certificado tipo “autoassinado”

Uma possível solução alternativa seria a geração de certificados autoassinados através de componentes do sistema operacional em uso (WINDOWS ou LINUX). Essa solução não apresenta custo financeiro e se presta bem para a tarefa de testar uma configuração de SSL antes de criar e instalar um certificado assinado fornecido por uma autoridade de certificação. Para a colocação desse certificado em sistemas e serviços que estão diretamente na WEB, temos os seguintes problemas:

- não é reconhecido pelos navegadores e apresenta alerta de segurança;
- não confere confiabilidade pois não é assinado por uma autoridade certificadora;
- para alguns sistemas e serviços não atende ao requisito essencial de pertencer à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

1.2.3.2 utilização de certificado emitido pela Let's Encrypt

Outra possível solução alternativa seria utilizar certificados emitidos pela Let's Encrypt, autoridade certificadora sem fins lucrativos administrada pelo Internet Security Research Group (ISRG) que fornece certificados. Seu principal objetivo é tornar os sites mais seguros e possibilitar o uso irrestrito do HTTPS. Os principais patrocinadores dessa iniciativa incluem a Electronic Frontier Foundation (EFF), a Mozilla Foundation, OVH, Cisco Systems, Facebook, Google Chrome, Internet Society, AWS, NGINX e Bill and Melinda Gates Foundation. Os certificados Let's Encrypt são válidos por 90 dias, durante os quais a renovação pode ocorrer a qualquer momento. Como a emissão do certificado é um processo automatizado, só é possível emitir certificados validados por domínio. Os Certificados de **Validação da Organização** e **Validação Estendida** exigem validação humana pela autoridade certificadora e, portanto, não são oferecidos pela Let's Encrypt. Em geral esse tipo de certificado é utilizado na fase de testes antes do lançamento de WEB site e serviços WEB e como solução de contorno para o interregno entre a instalação de certificados válidos. Apresenta os seguintes problemas para sua adoção ampla como solução para certificação digital:

- prazo de validade curta ocasionando uma carga adicional para reemissão.
- por não permitir a validação completa (ou seja, validação através de um agente humano), não garante que a URL/domínio especificado no certificado realmente pertença ao TRT7, gerando incerteza no uso do sistema ou serviço;
- para alguns sistemas e serviços não atende ao requisito essencial de pertencer à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

1.2.3.3 Criação de uma autoridade certificadora do Tribunal Regional do trabalho da 7ª Região

Nesse cenário, o TRT7 pleitearia funcionar como autoridade certificadora vinculada à Autoridade Certificadora Raiz (AC – Raiz) da ICP-Brasil que é a primeira autoridade da cadeia de certificação.

Uma Autoridade Certificadora (AC) é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP-Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Para operacionalizar as emissões é necessário ainda ter uma Autoridade de Registro (AR) credenciada junto à AC.

Em tese, essa possibilidade funcionaria, mas apresentaria as seguintes dificuldades que, na prática, inviabilizariam sua adoção.

- o processo para a implantação de uma AC no TRT7 é demorado e com custo de implantação e operacionalização elevado. Considerando que a quantidade de certificados da presente demanda é muito reduzida, o custos dessa alternativa não se justificam;
- necessidade de passar periodicamente por auditorias que comprovem o atendimento dos requisitos exigidos pela ICP-BRASIL para manter a condição de Autoridade Certificadora, trazendo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ônus financeiro e sobrecarga de trabalho injustificáveis diante da diminuta quantidade de certificados.

1.2.3.4 Contratação de empresa especializada em emissão de certificados digitais

Essa solução envolve a contratação de empresa especializada no serviço de emissão de certificados digitais, emitindo tanto os certificados SSL ICP-Brasil como o certificado WILDCARD. Em consulta ao mercado privado verificou-se que diversas empresas podem fornecer o serviço de emissão dos certificados digitais. Foram recebidas propostas comerciais que são apresentadas abaixo.

	ActiveWeb	SECTIGO	CERTISIGN	SOLUTI
emissão de certificado WILDCARD	R\$2.831,00	R\$ 3.231,90	R\$ 3.950,00	R\$ 3.950,01
validade do certificado WILDCARD / tipo certificado WILDCARD	24 meses	24 meses	24 meses	24 meses
emissão de certificado SSL ICP-Brasil	não fornece	não fornece	R\$ 1.890,00	R\$ 739,90



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

A contratação de empresa certificadora para emissão dos certificados tem as seguintes vantagens:

- o processo de emissão é bem rápido, sendo necessária apenas a apresentação da documentação necessária para as devidas comprovações;
- possuir validade de 12 meses para o ICP-Brasil e 24 meses para o WILDCARD possibilitando um menor esforço da equipe técnica em manter os certificados válidos, contribuindo para a segurança dos serviços WEB;
- certificados WILDCARD OV gozam de grande confiabilidade e contribuem mais para a segurança que certificados autoassinados e certificados Let's Encrypt;
- tem custo baixíssimo se comparado com o custo administrativo de tornar o TRT7 uma autoridade certificadora para emissão de certificados.

Cabe ressaltar que inicialmente foi solicitado às empresas cotar também o item relacionado à visita presencial do representante da contratada para coleta de documentação e validação da mesma, etapa necessária para emissão de certificados do tipo ICP-Brasil. Verificou-se, entretanto, que, em razão da pandemia, tal atividade passou a ser executada à distância pelas empresas e sem custo para o contratante. Diante dessa possibilidade, abandonou-se a necessidade de contratar o item referente à visita.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

1.2.4 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)

Não se aplica.

1.2.5 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

A solução especificada no item 1.1.2 obedece aos normativos da ICP Brasil.

Já o item 1.1.1 por se tratar de certificado digital de cadeia internacional não segue os normativos da ICP Brasil.

1.2.6 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)

Não se aplica.

1.2.7 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

O custo total apresentado no item 1.3.7 contempla todo o valor necessário para atender a presente demanda.

Não há outros custos envolvidos.

1.3 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Diante dos elementos apresentados ao longo do item **1.2.3** e subitens , constatou-se que solução **1.2.3.4 Contratação de empresa especializada em emissão de certificados digitais** é aquela que mais agrega valor ao TRT7 em termos de eficiência, de eficácia, de economicidade e de padronização, pois apresenta mais elementos que justifiquem a sua escolha como solução adequada para atender aos requisitos básicos desse Estudo Preliminar.

Desta forma, a solução acima referida consegue maximizar a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos, agregando maior celeridade e padronização no serviço de certificação digital do TRT7, garantindo aumento de produtividade e maior segurança, mitigando os riscos de indisponibilidade de certificados digitais para servidores de rede.

1.3.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV,a)

Contratação de empresa especializada em emissão de certificados digitais do tipo SSL ICP-Brasil e SSL Wildcard OV.

1.3.2 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

A contratação está perfeitamente alinhada com a necessidade de manter a disponibilidade dos serviços de TI e encontra-se alicerçada nos seguintes objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico de TIC:

a) OBJETIVO 10: DA PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO - Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação e comunicação - TIC e a proteção de dados : Garantir o aprimoramento, a integridade e a disponibilidade dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

sistemas de informação e dos bancos de dados mantidos pela Justiça do Trabalho, por meio de mecanismos de controle consistentes, bem como a modernização de ativos e tecnologias que visem à implementação de grandes bases de dados e aplicação de inteligência artificial para a melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Alinhamento aos macrodesafios do Poder Judiciário: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT7. (2021/2026)**

b) OBJETIVO 7: DA PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS - Melhorar os avanços voltados para a Segurança da Informação e dados pessoais frente aos mais diversos desafios, fazendo-se valer principalmente das vantagens oriundas da utilização de Inteligência Artificial e demais soluções disruptivas de TIC. Resolução nº 370, de 28 de janeiro de 2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

1.3.3 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

Os benefícios advindos do atendimento à demanda que é objeto do presente estudo técnico preliminar serão os seguintes:

- a. Provê recursos tecnológicos necessários à utilização do Processo Judicial Eletrônico - PJE e demais sistemas que façam uso da certificação digital;
- b. Assegura a autenticidade e integridade das informações providas pelos sistemas corporativos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

- c. oferece segurança para os usuários, possibilitando a identificação da autenticidade dos sites e aplicações WEB providos pela Justiça do Trabalho;
- d. cumpre a resolução expedida pelo CNJ quanto à obrigatoriedade do uso de certificados SSL ICP-Brasil na infraestrutura computacional do PJe-JT;
- e. viabiliza o uso de certificados digitais nos serviços e sistemas disponibilizados na WEB com reduzido esforço da equipe técnica em manter os certificados válidos.

1.3.4 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d)

As quantidades previstas para atender a demanda.

ESTIMATIVA DE VOLUME DE SERVIÇOS OU BENS			
Item	Descrição	Qtde	forma de estimativa
1	Serviço de emissão de certificado SSL WILDCARD com validade de 24 meses	01	Estimativa baseada na característica de que 1 (um) certificado tem a capacidade de certificar um número ilimitado de servidores de rede.
Item	Descrição	Qtde	forma de estimativa
2	Serviço de emissão de certificado SSL ICP-Brasil com validade de 12 meses	02	Estimativa baseada no serviço web do PJe na internet e nos 2 (dois) serviços de integração do PJe com as instituições financeiras (BB e CEF).

Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

**1.3.5 Necessidade de adequação do ambiente para a execução contratual
(Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)**

Não há necessidade de adequações.

1.3.6 Alinhamento com o Plano Anual de Contratações

O investimento encontra-se autorizado no Plano de Contratações de TIC de 2022, aprovado pelo Comitê de Governança de TIC. O item relacionado à demanda em estudo consta no referido plano como **“Aquisição de Certificados Digitais do tipo A1 para PJe, e-CNPJ e Wildcard”**.

1.3.7 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

Os preços para a contratação foram estimados conforme análise dos preços encontrados e cálculo constante do Anexo I - ETP - certificado digitais para servidores de rede - estimativa de preços e são apresentado a seguir:

Item	Descrição	qtde	valor unitário mensal	total anual
------	-----------	------	-----------------------	-------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

1	Serviço de emissão de certificado SSL WILDCARD com validade de 24 meses	01	R\$ 2.046,50	R\$ 2.046,50
Item	Descrição	qtde	valor unitário mensal	total anual
2	Serviço de emissão de certificado SSL ICP-Brasil com validade de 12 meses	02	R\$ 692,37	R\$ 1.384,74
Valor total da contratação				R\$ 3.431,74

2. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art.15)

2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

Para a contratação, não serão necessários recursos materiais e humanos adicionais. Os servidores da SETIC serão responsáveis pelo acionamento da empresa e acompanhamento das atividades relacionadas à emissão dos certificados, bem como pelas atividades relacionadas à fiscalização do contrato.

2.2 Estratégia de Continuidade Contratual (Art. 15, II)

Em razão da validade dos certificados expirarem em 12 ou 24 meses, conforme o tipo, antes de findos esses prazos, novos processos de contratação devem ser realizados para emissão de novos certificados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

2.3 Transição Contratual e Encerramento (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

A contratação objetivando a emissão de certificados não gera necessidade de entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação; transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação; devolução de recursos materiais; revogação de perfis de acesso; eliminação de caixas postais.

2.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

A emissão de certificados digitais não gera dependência tecnológica com a empresa contratada.

3. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art.16)

3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I)

- a) Serviços comuns de acordo com a Lei nº 10520/2002 e o Decreto nº 10.204/2019;
- b) Serviços de informática nos termos do inciso IV do artigo 16-A da Lei nº 8248/91 e artigo 8º do Decreto 7.174/2010.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

c) Não se trata da contratação de serviço continuado.

3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)

Item	Descrição	Qtd
1	Serviço de emissão de certificado SSL WILDCARD com validade de 24 meses	01
Item	Descrição	Qtd
2	Serviço de emissão de certificado SSL ICP-Brasil com validade de 12 meses	02

A aquisição será realizada com itens independentes em razão de haver empresas, conforme demonstrado na pesquisa de preços, que somente fornecem um dos tipos certificados necessários. Caso se optasse pelo agrupamento, haveria um impedimento à participação dessas empresas.

3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III)

Não se aplica.

3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV)

A aquisição deverá ser realizada por dispensa de licitação em razão do seu baixo valor, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei 14133/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

3.5 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V)

O número completo da natureza da despesa, contendo elemento e subelemento é **3.3.90.40.23 - Emissão de Certificados Digitais**.

3.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI)

Os serviços de emissão **não tem natureza continuada**, considerando a quantidade muito pequena e com data específica para ocorrer. Os serviços devem ser prestados no prazo de até 10 dias úteis a partir da emissão da ordem de serviço.

3.7 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII)

Integrante técnico:

Marcos Maciel de Castro

Telefone: 3388-9201

E-mail: marcos.castro@trt7.jus.br

Integrante demandante:

Robson Teixeira da Silva

Telefone: 3388-9201

E-mail: robson.teixeira@trt7.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Integrante administrativo:

Clara de Assis Silveira

Telefone: 3388-9378

E-mail: claraas@trt7.jus.br

3.8 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII)

Gestor do contrato:

Robson Teixeira da Silva.

Telefone: 3388-9201.

E-mail: robson.teixeira@trt7.jus.br

Gestor substituto:

Roberto Paulo Dias Alcântara Filho.

Telefone: 3388-9201

E-mail: robertopdaf@trt7.jus.br

Fiscal técnico:

Marcos Maciel de Castro.

Telefone: 3388-9201

E-mail: marcos.castro@trt7.jus.br

Fiscal substituto:

Marcelo Coelho Quinho

Telefone: 3388-9201

E-mail: marcelo.quinho@trt7.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

4. ANÁLISE DE RISCOS

https://www.trt7.jus.br/files/transparencia/gestao_riscos/estabelecimento-contexto-gestao-risco.pdf

MATRIZ DE APETITE A RISCO do TRT7 para o ciclo 2021-2022

NÍVEL DE RISCO		PROBABILIDADE				
		1-MUITO BAIXA	2-BAIXA	3-MÉDIA	4-ALTA	5-MUITO ALTA
I M P A C T O	5-MUITO ALTO	5	10	15	20	25
	4-ALTO	4	8	12	16	20
	3-MÉDIO	3	6	9	12	15
	2-BAIXO	2	4	6	8	10
	1-MUITO BAIXO	1	2	3	4	5

NÍVEIS DE RISCO

Nível de Risco	Descrição	Diretriz para o Tratamento do risco
Extremo	Nível de risco inaceitável, além da tolerância da organização para o risco. Tratar imediatamente, com vistas a eliminá-lo ou mitigá-lo a um patamar dentro do limite de tolerância para risco da organização, incluindo-se entre as possíveis medidas a descontinuidade imediata do processo.	Tratar imediatamente, com vistas a eliminá-lo ou mitigá-lo a um patamar dentro do limite de tolerância para risco da organização, incluindo-se entre as possíveis medidas a descontinuidade imediata do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

		processo.
Alto	Nível de risco no limite do apetite a risco da organização.	Tratar com medidas de curto a médio prazo, com vistas a mitigá-lo.
Médio	Dentro do apetite a risco da organização. Manter os controles já existentes.	Manter os controles já existentes.
Baixo	Praticamente inexistente. Avaliar a possibilidade e conveniência de remover os controles existentes, com vistas a reduzir custos da organização.	Avaliar a possibilidade e conveniência de remover os controles existentes, com vistas a reduzir custos da organização.

Risco 1	Risco:		especificação incorreta ou imprecisa da solução	
	Probabilidade:	Impacto:	Risco: (Pxl)	Dano
	1-Muito Baixa	3-Médio	3-Baixo	Atraso na contratação e caso a validade dos certificados expire, aumenta os riscos de segurança nos sistemas WEB e dificuldade de funcionamento dos serviços web de integração com os bancos.
	Ações de mitigação e de contingência			Responsável
	1 Analisar todas as soluções possíveis e escolher a que melhor atenda a demanda do TRT7.			Equipe de planejamento a contratação
	2 Solicitar à Administração do TRT7 novo estudo de viabilidade ajustando eventuais necessidades de modo que solução seja identificada.			Diretor da DITIC

Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Risco 2	Risco:		Ausência de disponibilidade orçamentária	
	Probabilidade:	Impacto:	Risco: (Pxl)	Dano
	1-Muito Baixa	3-Médio	3-Baixo	Impossibilidade da realização de contratação com aumento dos riscos de segurança dos sistemas WEB e dificuldade de funcionamento dos serviços web de integração com os bancos.
	Ações de mitigação e de contingência			Responsável
	1 Buscar em todas as soluções possíveis o princípio da economicidade.			Equipe de planejamento a contratação
	2 Verificar junto a alta administração alternativas para continuidade do processo, tal como readequação orçamentária.			Diretor da DITIC
	3 utilizar temporariamente o certificado Let's Encrypt nos servidores que não necessitam do certificado ICP-Brasil			Diretor da DITIC

Risco 3	Risco:		Problemas na licitação (impugnações procedentes, recursos, licitação deserta etc.)	
	Probabilidade:	Impacto:	Risco: (Pxl)	Dano
	1-Muito Baixa	3-Médio	3-Baixo	Atraso na contratação, necessidade de

Estudos Técnicos Preliminares - Solução de certificação digital para servidores de rede.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

				correção do ETP e TR e republicação do edital com alteração de prazos. Caso a validade dos certificados expire, aumenta os riscos de segurança nos sistemas WEB e dificuldade de funcionamento dos serviços web de integração com os bancos.
	Ações de mitigação e de contingência			Responsável
	1 Consultar questionamentos em licitações semelhantes.			Equipe de planejamento a contratação
	2 Revisão do planejamento da contratação			Equipe de planejamento a contratação

Risco 4	Risco:		Problema técnicos no certificado digital emitido	
	Probabilidade:	Impacto:	Risco: (Pxl)	Dano
	1-Muito Baixa	3-Médio	3-Baixo	Riscos de segurança nos sistemas WEB e dificuldade de funcionamento dos serviços web de integração com os bancos.
	Ações de mitigação e de contingência			Responsável
	1 especificar claramente a obrigação de reemitir o certificado que apresentar defeito e definir prazos			Equipe de planejamento a contratação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

	2 Solicitar a aplicação de eventuais penalidades. Iniciar um novo processo de contratação, caso necessário.	Diretor da DITIC
--	--	------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

5. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a demanda, a efetividade da solução, a capacidade de recepção do objeto, bem como seu armazenamento, distribuição e instalação, os integrantes da equipe de planejamento da contratação, descritos abaixo, declaram a viabilidade desta contratação.

6. ASSINATURAS

CIÊNCIA		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
<hr/> Marcos Maciel de Castro Mat.: 30871470	<hr/> Robson Teixeira da Silva Mat.:30871529	<hr/> Clara de Assis Silveira Mat.: 30090
Fortaleza, 23 de junho de 2022.		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

DE ACORDO

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Francisco Jonathan Rebouças Maia
Mat.: 30871392

Fortaleza,

23 de junho de 2022.